ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

[1]Vinícius Werner de Sousa. [2]Dr. Adilson Giovanini

[1] Vinculado ao projeto "Gestão profissional e capacidade municipal de sustentabilidade fiscal e promoção do crescimento econômico"
[2] Adilson Giovanini, Departamento de Governança Pública – CESFI – adilson.giovanini@udesc.br

Contextualização: a literatura mostra que as atividades realizadas pelo estado podem ser discriminadas em diferentes dimensões de capacidade estatal. Segundo Tilly (2007), a capacidade estatal corresponde a intervenção de agentes governamentais capazes de promover alterações na distribuição prévia de recursos não estatais. Cingolani (2013) identifica sete dimensões-chaves: a) coercitiva e militar; b) fiscal; c) administrativa e de implementação; d) transformativa e de industrialização; e) relacional e de cobertura territorial; f) legal e g) política. Nesse tocante, uma dimensão considerada relevante é a de capacidade fiscal, visto que a realização de políticas públicas depende do montante de recursos arrecadados e do modo como eles são gastos.

Objetivos: apesar da literatura mostrar que o conceito de capacidade fiscal é importante, pois relacionado a ele se encontra toda a estabilidade das contas públicas, não se encontrou nenhum estudo que buscasse desenvolver um indicador específico de capacidade fiscal a partir da mensuração dos instrumentos de arrecadação dos municípios brasileiros. A presente pesquisa possui como objetivo desenvolver um indicador de capacidade fiscal para os municípios brasileiros e utilizar ferramentas de análise descritiva para caracterizar os municípios, identificando se eles exibem baixa ou elevada capacidade fiscal.

Metodologia: a avaliação da presença de capacidade fiscal nos municípios é avaliada a partir da construção de um **Índice de Capacidade Fiscal**. O **Quadro 1** consolida as variáveis utilizadas para a elaboração do Índice de Capacidade Fiscal, construído com base em dados do ano de 2015.

Quadro 1 – Variáveis utilizadas, discriminadas por fonte e ano

Variável	Fonte
Cadastro imobiliário informatizado	Munic 2015
Último ano de atualização completa do cadastro	Munic 2015
O município cobra IPTU	Munic 2015
Ano da lei (IPTU)	Munic 2015
Planta Genérica de Valores informatizada - existência	Munic 2015
Último ano de atualização completa da planta	Munic 2015
Cadastro de ISSQN informatizado	Munic 2015
Último ano de atualização completa do cadastro	Munic 2015
Taxa de iluminação pública	Munic 2015
Taxa de coleta de lixo	Munic 2015
Taxa de incêndio ou combate a sinistros	Munic 2015
Taxa de limpeza urbana	Munic 2015
Taxa de poder de polícia	Munic 2015
Outros tipos de taxas	Munic 2015

Fonte: Elaboração própria

O indicador é construído por meio da linearização das variáveis que identificam os anos em que o cadastro imobiliário, a planta genérica de valores e o cadastro de ISSQN foram atualizados:

$$Z_i = \frac{X_i - X_{min}}{X_{max} - X_{min}}, \quad (1)$$

sendo, X_i o ano em que o cadastro do município i foi atualizado; X_{max} o ano mais recente de atualização do cadastro entre os municípios e X_{min} o município que atualizou o cadastro a mais tempo.

As variáveis que identificam se os municípios cobram taxas são dicotomizadas, assumindo valor igual a um se o município cobra a respectiva taxa e valor igual a zero se o município não cobra.

$$D_i = \begin{cases} 1, se\ o\ município\ cobra\ a\ taxa \\ 0, se\ o\ município\ não\ cobra\ a\ taxa \end{cases}, \quad (2)$$

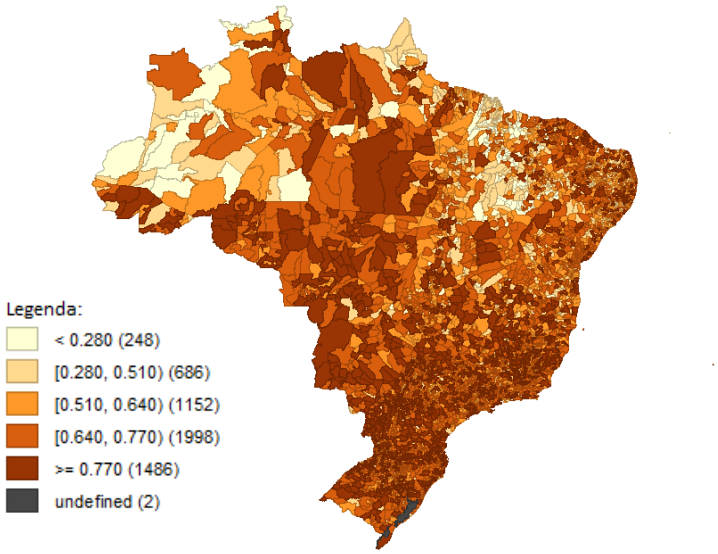
O índice final é construído com base no somatório dos dados linearizados do ano de atualização do cadastro e das variáveis dicotómicas que identificam a cobrança da taxa pelo município.

$$I_i = \sum_{i=1}^{k} Z_i + \sum_{i=1}^{n} D_i, \quad (3)$$

em que k identifica o número de cadastros atualizados (planta genérica de valores, cadastro imobiliário e cadastro do ISSQN) e n o número de taxas dicotomizadas.

O índice também é linearizado, resultando em um indicador que varia entre zero e um, no qual os valores mais elevados indicam que o município apresenta maior Índice de Capacidade Fiscal:

Resultados/discussão: os resultados encontrados, por meio do índice Firjan, mostram que a grande maioria dos municípios brasileiros se deparam com problemas ficais, principalmente na Região Norte e Nordeste. Já o indicador de capacidade fiscal mostra que parte significativa municípios brasileiros não explora adequadamente a sua capacidade de arrecadação, não ocupando o seu espaço tributário.



Fonte: O autor

Figura 4 - Índice de capacidade fiscal – com indicadores de atualização

Este artigo dá uma importante contribuição para literatura ao evidenciar que existem alguns tributos previstos por lei que não são explorados pelos municípios. De modo que a presença de problemas fiscais ocorre concomitante com o subaproveitamento do espaço tributário existente. Como o aumento na arrecadação própria implica em perda de prestígio político e eleitoral, os gestores municipais preferem se manter em uma situação de instabilidade fiscal, barganhando recursos com o governo federal.

Palavras-chave: Capacidade Fiscal. Indicador Fiscal. Índice Firjan.